



# ANÁLISE MENSAL

OUTUBRO

2022



política  
por inteiro

BALANÇO DE SINAIS  
PÚBLICOS RELEVANTES PARA  
A POLÍTICA CLIMÁTICA E DE  
MEIO AMBIENTE NO BRASIL



## Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

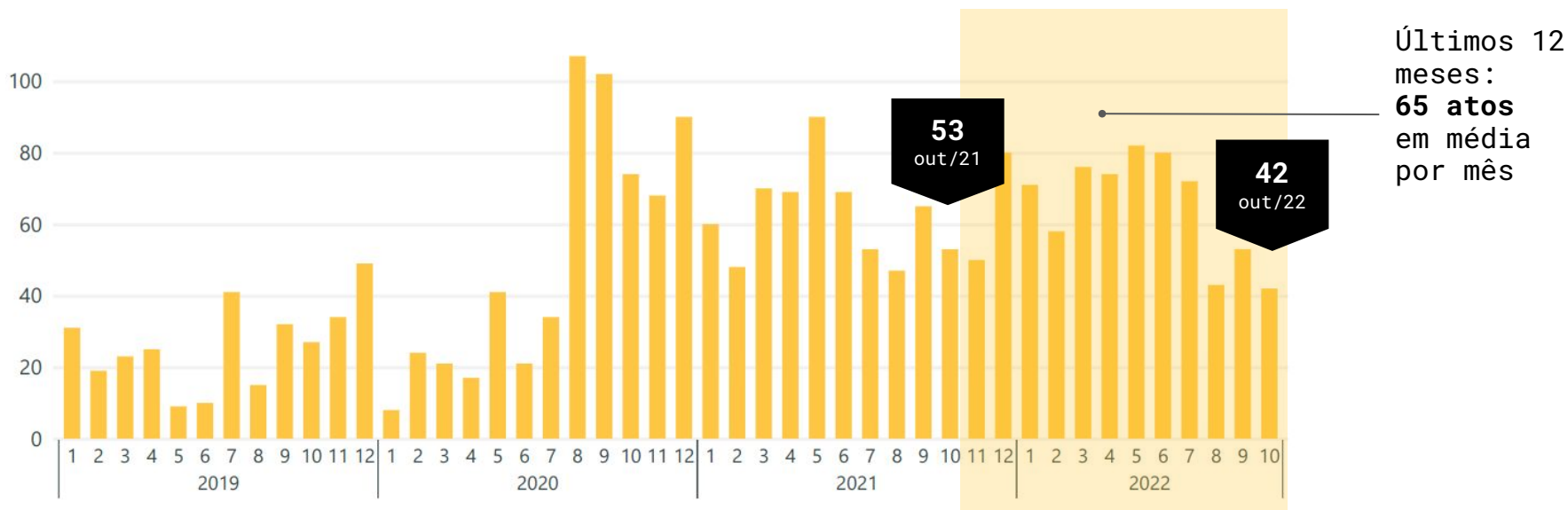
# PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO  
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

## EVOLUÇÃO MENSAL DOS ATOS

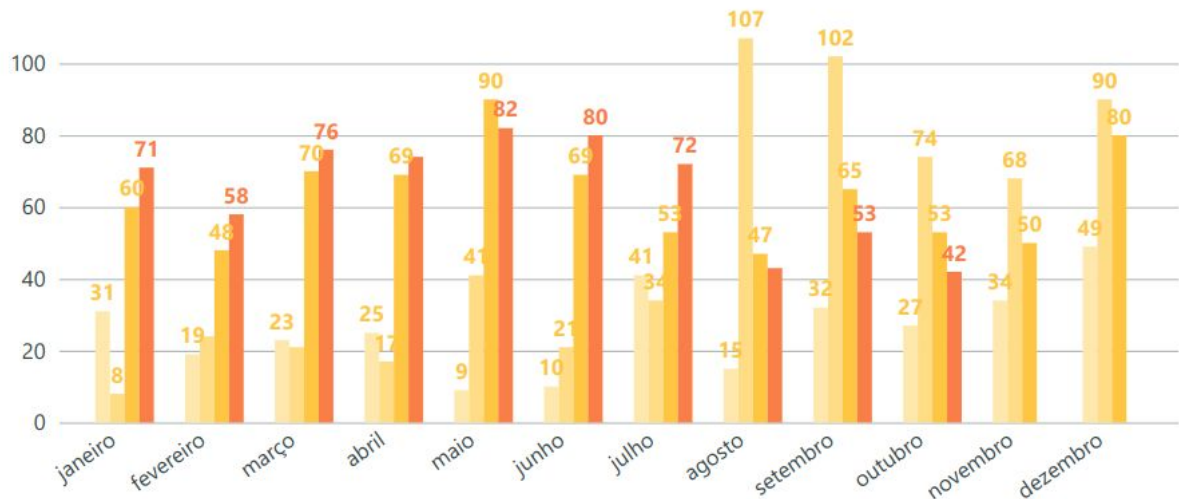
Em outubro, o Monitor de Atos Públicos captou **42 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no *Diário Oficial da União*, esse foi o menor número mensal desde agosto de 2020.



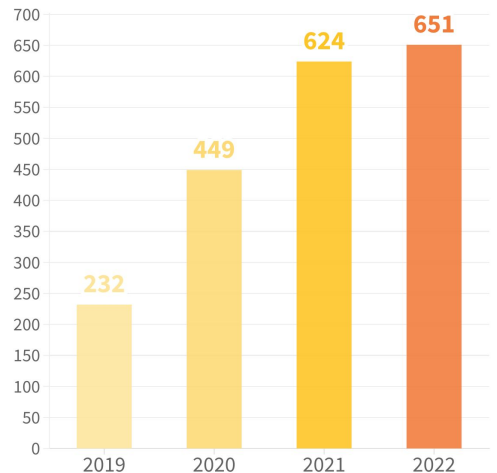
# Desaceleração

Mesmo com a desaceleração a partir de agosto, coincidente com o período de campanha eleitoral, o ano de 2022 mantém, em atos acumulados até outubro, um valor acima dos anos anteriores.

● 2019 ● 2020 ● 2021 ● 2022

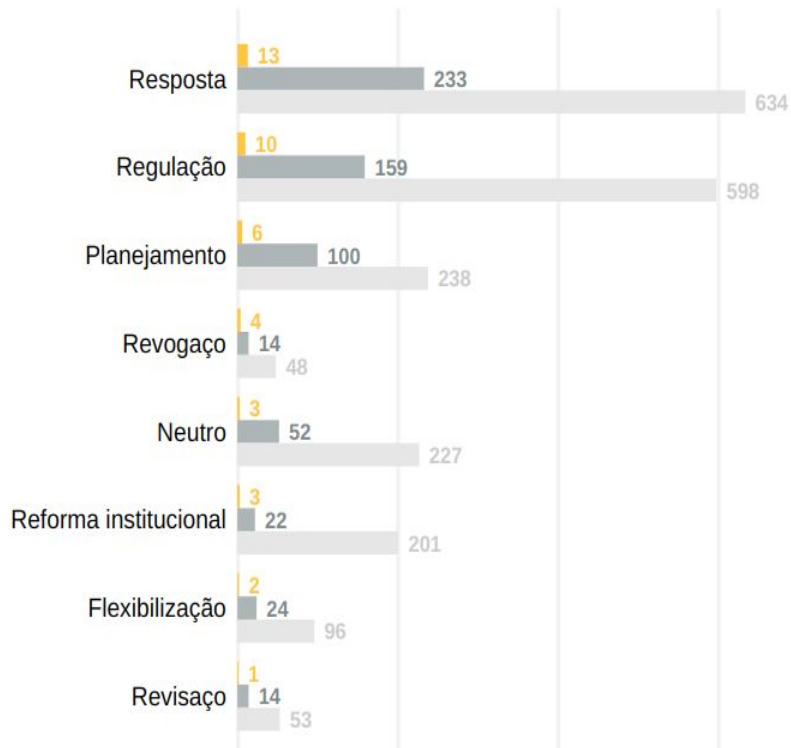


## Atos acumulados no ano



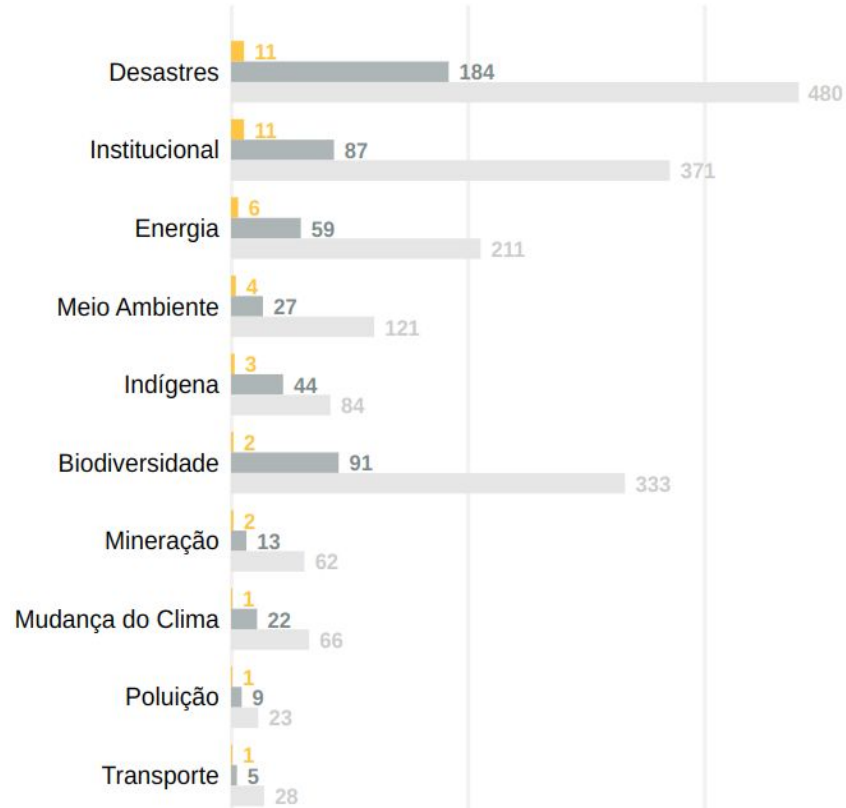
## ATOS DE OUTUBRO POR CLASSE

● Mês atual ● Total 2022 ● Desde 2019



## ATOS DE OUTUBRO POR TEMA

● Mês atual ● Total 2022 ● Desde 2019



## Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Resposta:** Reconhecimento de situações de emergência; Emprego da Força Nacional de Segurança Pública em Terras Indígenas.
- **Planejamento:** Grupo de Trabalho no âmbito do Programa Nacional do Hidrogênio - PNH2; Portal Único para Gestão do Uso de Áreas Offshore para Geração de Energia (PUG-offshore); Renovar Frota+Verde
- **Regulação:** Estabelece procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de energia elétrica offshore; Procedimentos Operacionais Padrão (POP)/Ibama; Altera as diretrizes do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), incluindo risco climático; Regulamenta a transferência de recursos pela União aos demais entes federativos nas situações de desastres
- **Flexibilização:** Altera a data para o Comitê RenovaBio encaminhar ao CNPE a proposta de meta compulsória de CBIOS; Consulta Pública para reduzir metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.
- **Reforma Institucional:** Remaneja cargos e funções de confiança da Funai, extinguindo os conselhos regionais de participação dos povos indígenas; Núcleos de Gestão Integrada - ICMBio.

**Todas as normas do mês**

Acesse o Monitor de  
Atos Públicos

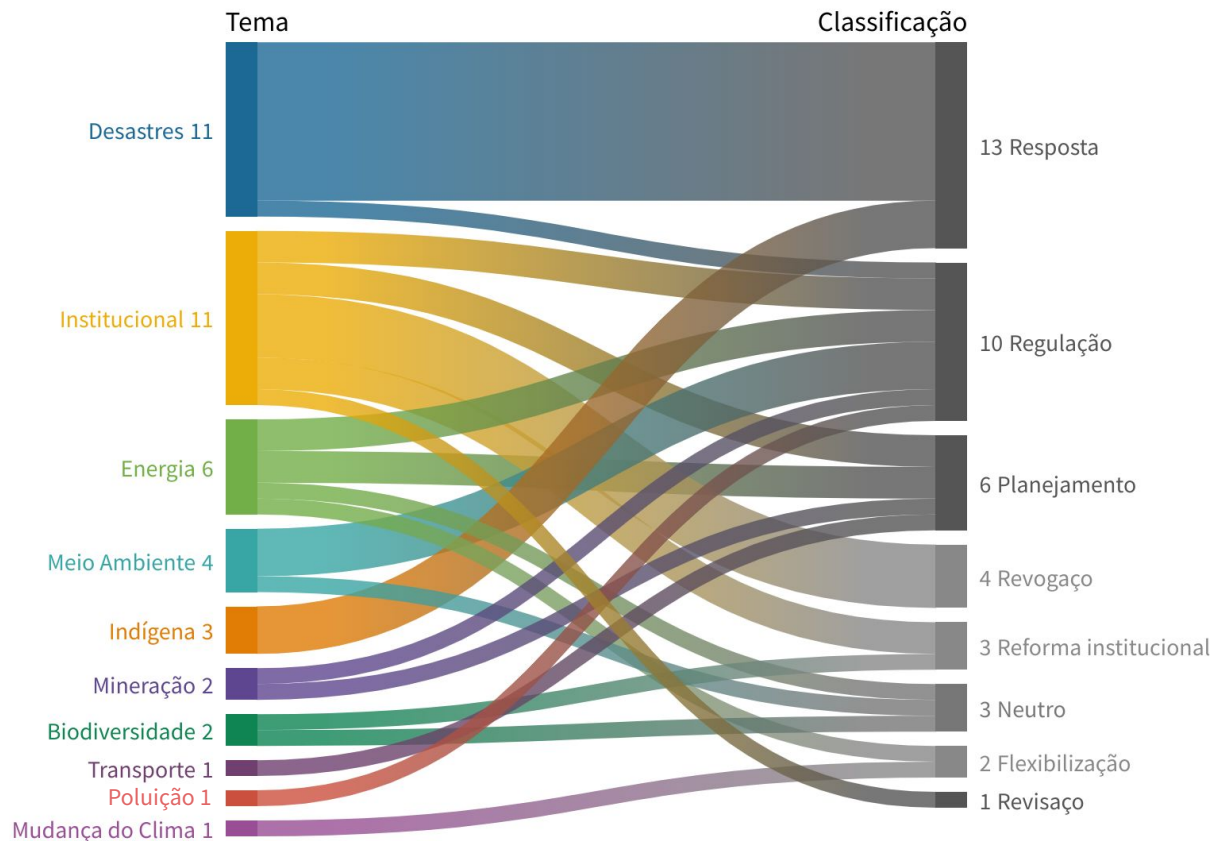
# EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

	Ano 2020												2021												2022												Total			
	Mês	5	6	7	8	9	10	11	12	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total anual							
Desastres					3	9	9	10	18	49	12	10	17	16	21	14	14	16	9	17	16	17	179	29	27	11	21	18	18	24	14	11	11	184	480					
Institucional	2	2	4	9	29	20	23	23	120	8	13	12	16	25	8	12	8	15	4	9	5	135	2	6	18	12	5	10	10	2	11	11	87	371						
Biodiversidade	24		3	17	3	8	10	7	88	3	3	5	8	12	6	2	1	11	7	4	12	74	12	5	12	7	21	10	8	9	5	2	91	333						
Energia	4	1	6	6	17	5	5	13	60	7	3	5	4	13	10	6	8	8	2	3	10	79	10	4	4	4	8	6	6	5	6	6	59	211						
Pesca	2	3			2	2	1	4	8	40	5				3	4	7	6	3	4	3	2	6	43	5	3	9	5	7	1	1	2	3		36	143				
Meio Ambiente	1	4	2		10	11	3	3	3	48	3	3	3	3	2				2		1	2	4	23	3	2	1	4	4	3	4		2	4	27	121				
Amazônia	5	5	3		5	2	7	6	3	39	6	2	3	6		3	5			4	1	1	31	1			2		1	1	3		3	11	89					
Indígena							3	1	1	6	1	2	1	3	4	2	2			2	3	2	4	26	3	5		1	3	7	8	3	5	6	3	44	84			
Agropecuária	2			2	4		4		1	15	3	5	4	3			2			1	5	3	4	30				3		6	2	4		2	17	67				
Mudança do clima				3			2	3	2	1	12	2			4	3				2	1		4	2	5	5	28		1		9	5	1	2	1	1	1	1	22	66
Mineração		3	2		3		4		1	3	16	4	1	4	1	3	3			1					3	20	1	3			3		1	1		2	2	13	62	
Marinho					27		1	3	2	2	37	1	1	2	1	1	3				2					11	1	1	1			6					9	60		
Terras			1	1	1	1	5		3	12	1	3	5	1	2	3	2			1	3	2	2	25	1			1	3	1	4	2			12	57				
Florestas	1	1	2		5	1	1	1	1	14	1				2	1	1				2	1	3	11				1	1		3	4	2		11	48				
Águas			4	2		8		1	1	16				4			3			2	1	2	12					1	1	1	1	2		6	41					
Transporte		2	1	1		3	1		1	10	2	1	1	1				1	1	1					8					2	1				1	1	5	28		
Poluição						3	1			4					1				2	1	1		3	8	2			3	2	1				1	9	23				
Ciência				8		1	2		1	12		1							2				1	4	1	1									2	21				
Antártica				4						4	1					2				1				4						4					4	12				
Cidades			1			1	1		1	5																										5				
Quilombolas															2								1	3				1					1		2	5				
<b>Total mensal</b>	<b>41</b>	<b>21</b>	<b>34</b>	<b>107</b>	<b>102</b>	<b>74</b>	<b>68</b>	<b>90</b>	<b>607</b>	<b>60</b>	<b>48</b>	<b>70</b>	<b>69</b>	<b>90</b>	<b>69</b>	<b>53</b>	<b>47</b>	<b>65</b>	<b>53</b>	<b>50</b>	<b>80</b>	<b>754</b>	<b>71</b>	<b>58</b>	<b>76</b>	<b>74</b>	<b>82</b>	<b>80</b>	<b>72</b>	<b>43</b>	<b>53</b>	<b>42</b>	<b>651</b>	<b>2,327</b>						

## Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

- **Desastres e Institucional** (11 atos cada), e **Energia** (6 atos)
- **Energia** tem sido um tema que, mesmo com a redução geral de atos no período eleitoral, manteve uma constância de publicação, destacando-se normas relacionadas às eólicas offshore e, neste mês, ao **RenovaBio**.



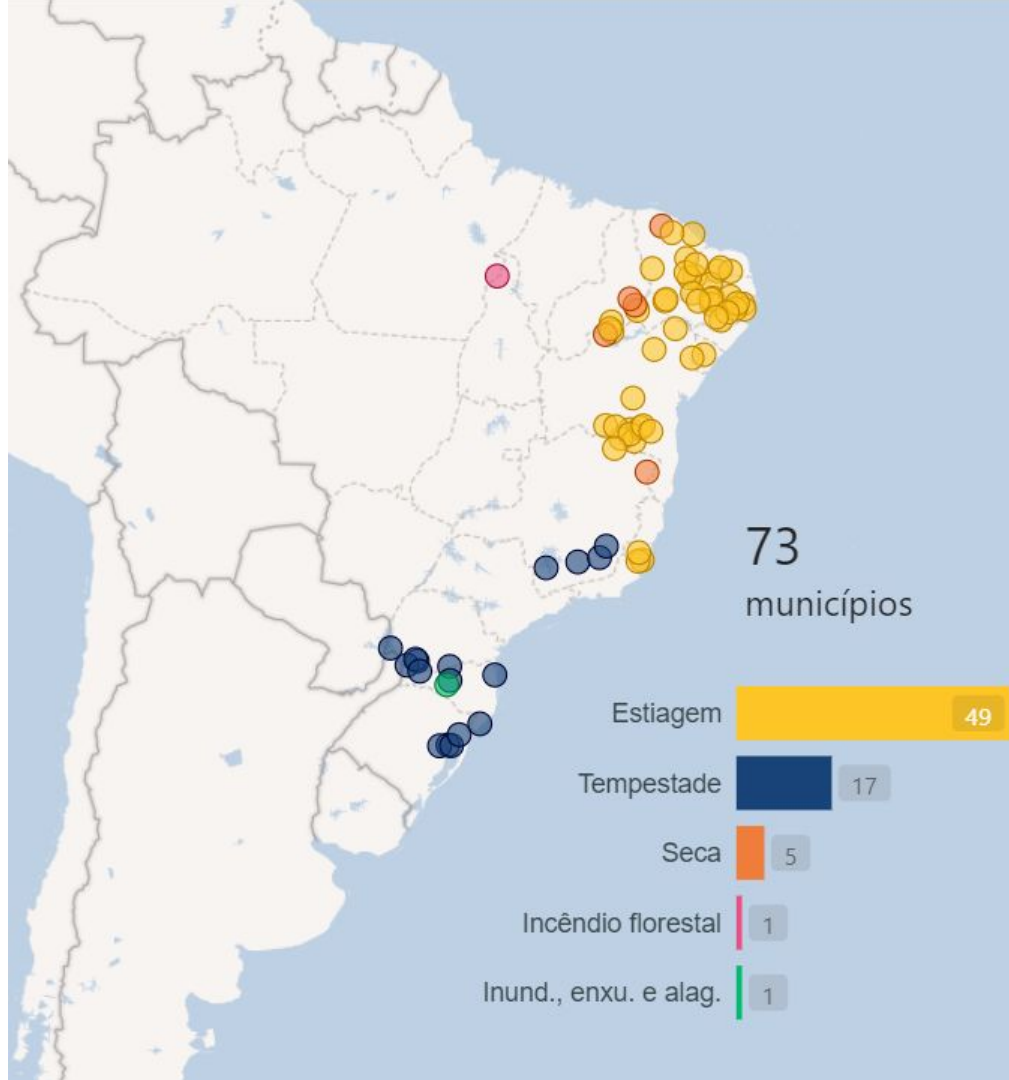
## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Desastres

73 municípios foram reconhecidos em situação de emergência e calamidade pública em setembro.

Permanece a tendência de reconhecimentos por estiagem no Nordeste e tempestades no Sul.

Acesse nosso Monitor  
de Desastres



## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Energia

PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MMA Nº 3, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022 – **Planejamento**

Cria o Portal Único para Gestão do Uso de Áreas Offshore para Geração de Energia (PUG-offshore), que tem como uma das diretrizes a gestão unificada das demandas de cessão de uso, o adequado acompanhamento do atendimento das solicitações de informação das demandas requeridas pelos Órgãos e Entidades envolvidos e o acesso transparente às informações, ressalvados os sigilos previstos em lei. A norma depende de regulamentação pelo Ministério de Minas e Energia (MME), conforme previsto no Decreto nº 10.946, de 2022. A disponibilização do sistema deverá se dar em até 360 dias após a publicação da portaria.

### Energia

PORTARIA NORMATIVA Nº 52/GM/MME, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022 – **Regulação**

Estabelece as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore no regime de produção independente de energia ou de autoprodução de energia. Traz que as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso gratuito para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionados à geração de energia elétrica offshore serão disciplinados em portaria específica do MME. Até 30/07/2023, haverá regulamentação específica do MME quanto aos artigos 6º e 11º, sendo de incumbência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentar as instruções dos estudos de potencial energético. A Portaria entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Energia

**PORTARIA ANP Nº 148, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022 –  
Planejamento**

Institui o Grupo de Trabalho para debater e definir a estratégia da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no âmbito do Programa Nacional do Hidrogênio – PNH<sub>2</sub>, tendo dentre as atribuições a de subsidiar a representação da ANP no Comitê Gestor do PNH<sub>2</sub> (Coges-PNH<sub>2</sub>), bem como em todos os demais comitês, comissões ou grupos de trabalho institucionais de caráter decisório que venham a ser constituídos, e dos quais a ANP venha a fazer parte, relacionados ao uso do hidrogênio como vetor energético. O prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho é de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

### Institucional

**DECRETO Nº 11.226, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022 – Reforma  
Institucional**

Remaneja cargos e funções de confiança da Funai, extinguindo os conselhos regionais de participação dos povos indígenas. Dois projetos de decreto legislativo (PDL) foram protocolados na Câmara para sustar os efeitos da norma, um deles de Joenia Wapichana (Rede- RR).

### Institucional

**RESOLUÇÃO BCB Nº 251, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022 –  
Regulação**

Autorizam o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP): (i) por 90 dias - Terra Indígena Votouro (RS); (ii) de 15 de outubro de 2022 a 12 de janeiro de 2023 - Terra Indígena Camicuã (AM); (iii) de 24 de outubro de 2022 a 21 de janeiro de 2023 - Terra Indígena Sararé (MT).

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Transporte

PORTARIA GM/MMA Nº 263, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

#### - Planejamento

Traz a ação Renovar Frota+Verde, com o objetivo principal de promover a captação de recursos internacionais a fim de fortalecer o financiamento climático reembolsável e não reembolsável para o setor de transporte e sistemas com motores e incentivar o uso de combustíveis renováveis, tais como etanol, biometano e biodiesel. E cria o selo Frotan+Verde, entre outros pontos. A norma é geral e não traz pormenores nem diretrizes. A criação do selo sem detalhamento de requisitos é potencialmente perigoso, já que abre para certificações sem critérios técnicos delimitados.

### Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 195, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA MJSP Nº 198, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA MJSP Nº 200, DE 14 DE OUTUBRO DE 2022 –

#### Resposta

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP): (i) por 90 dias - Terra Indígena Votouro, no Estado do Rio Grande do Sul; (ii) de 15 de outubro de 2022 a 12 de janeiro de 2023 - Terra Indígena Camicuã, Estado do Amazonas; (iii) de 24 de outubro de 2022 a 21 de janeiro de 2023 - Terra Indígena Sararé, no Estado de Mato Grosso.

## PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

### Mudança do Clima

PORTARIA Nº 699/GM/MME, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 –  
**Flexibilização**

Divulgação de consulta pública de propostas referentes às metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata o art. 6º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para o decênio de 2023 a 2032. Para 2023, houve redução de meta. Era de 42,35 Milhões de CBIOs e está sendo proposto ser de 35,45 Milhões de CBIOs.

### Meio Ambiente

PORTARIA Nº 118, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022  
PORTARIA Nº 115, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022 –  
**Regulação**

Institui Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para: (i) Estimativa dos Custos de Implantação e Manutenção de Projeto de Recuperação Ambiental nos Biomas Brasileiros, para Compôr Valor Mínimo da Reparação por Danos Ambientais à Vegetação Nativa, em Processos Administrativos no âmbito do Ibama; e (ii) padronizar as informações a serem coletadas pela fiscalização ambiental do Ibama com vistas à caracterização do dano ambiental causado por transporte, beneficiamento, comércio, consumo e/ou armazenamento de produto florestal madeireiro sem origem.

An aerial, black and white photograph of a vast Amazonian forest. A dark, winding river cuts through the dense canopy, with a small boat visible on its surface. The text is overlaid on the left side of the image.

# FOCO AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA AS  
POLÍTICAS CLIMÁTICAS DA AMAZÔNIA  
LEGAL

FOTO: GUSTAVO FRAZÃO/SHUTTERSTOCK

**AC / EXE**  
**DECRETO Nº 11.124**

### **MUDANÇA DO CLIMA**

Autoriza a transferência de título de créditos de carbono à Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre S/A – CDSA.

**AC / EXE**  
**DECRETO Nº 11.125**

### **MUDANÇA DO CLIMA**

Autoriza a transferência de título de créditos de carbono à Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre S/A – CDSA.

**MT | EXE**  
**RESOLUÇÃO CEHIDRO Nº. 155**

### **ÁGUAS**

Aprovar o Plano Integrado de Recursos Hídricos das Unidades de Planejamento e Gerenciamento Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior - UPGs P2 e P3

## Foco Amazônia #11 | Out.2022 ATOS E PROPOSTAS POR TEMA E RELEVÂNCIA

■ Relevante\* ■ Não relevante

### Mudança do Clima



### Águas



### Meio Ambiente



### Povos



### Desastres



### Agropecuária





# PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E  
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS  
LEGISLATIVAS

## MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

# Câmara dos Deputados

---

### Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2021

Foi **aprovada** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta que visa a alterar o art. 5º, caput, acrescenta o inciso X ao art. 170 e o inciso VIII ao §1º do artigo 225 da Constituição Federal para incluir a segurança climática, mitigação e adaptação.

---

### Medida Provisória nº 1127, de 2022

Medida que visa a alterar a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores (Laudêmio de Imóveis) teve a sua Redação Final aprovada e foi assinada pela relatora, Dep. Rosana Valle (PL-SP). Esta matéria, que vai ao Senado Federal, é relevante porque os pagamentos pelo uso dos terrenos de marinha.

---

## MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

### Novos projetos

---

Projeto de Lei (PL)  
2623/2022

Visa alterar a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para permitir o licenciamento de lavras de pedreiras em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Conservação, para exploração por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal, para obras de infraestrutura fundamentais para a população.

Autoria: Deputada Federal Mara Rocha (MDB/AC)

---

Projeto de Decreto  
Legislativo (PDL) 357/2022

Busca sustar o Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio – Funai e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Autoria: Deputada Federal Joenia Wapichana (REDE/RR)

---

PL 2566/2022

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para especificar a destinação da multa simples e de outros valores pagos a título de reparação de danos em caso de desastre ambiental.

Autores: Helder Salomão (PT/ES), Rogério Correia (PT/MG), Padre João (PT/MG) e Leonardo Monteiro (PT/MG).

---

# PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS  
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA  
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

## Fundo Amazônia

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 59, sobre suposta omissão da União no repasse dos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Amazônia e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima). Em seu voto, a ministra relatora Rosa Weber abordou a importância do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) para a redução do desmatamento, bem como afirmou serem verificáveis uma atuação insuficiente do governo federal (Operações Verde Brasil 1 e 2, das Forças Armadas) e a baixa dotação orçamentária para o tema, especialmente pela paralisação do Fundo Amazônia.

Iniciado na última semana de outubro, o julgamento terminou no dia 3 de novembro, com 10 votos a 1 determinando o prazo de 60 dias para que a União adote os procedimentos necessários para a reativação do Fundo Amazônia. Houve entendimento de que “*as alterações promovidas no formato do fundo, desde 2019, com a extinção unilateral dos comitês e sem a criação de outro órgão administrativo, impediu o financiamento de novos projetos, o que representa omissão do governo em seu dever de preservação da Amazônia*”.

JUSTIÇA  
ELEITORAL

# CONJUNTURA



OS PRINCIPAIS FATOS E AS  
POLÍTICAS EM CURSO

CABINA DE  
VOTAÇÃO

CONVIVER : UMA GRANDE  
OPORTUNIDADE!



## CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

### Óleo no Nordeste

Segundo o Ibama, desde setembro, há alertas pontuais de óleo dos estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Em uma semana, só em Pernambuco, foram recolhidas mais de **sete toneladas de “bolotas” de óleo** nas praias de nove municípios, segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semas) do Estado. A origem do óleo, no entanto, é um mistério. De acordo com a Marinha, o poluente **encontrado neste ano tem origem diferente do material que apareceu em 2019**, quando desastre com óleo nas praias brasileiras provocou danos **estimados** em R\$ 525,3 milhões. Mais uma vez, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) não foi acionado, nem sequer comentado pelo Ministério do Meio Ambiente.

### Retrocesso no Congresso

Há grande tensão na agenda socioambiental do Congresso Nacional, tendo em vista a **possibilidade** de que 14 projetos/propostas legislativas avancem até o final de 2022. É o chamado “Pacote da Destruição”, que engloba propostas como o PL 1.459/2022 (liberação de agrotóxicos, conhecido como “PL do Veneno”), PL 3.729/2004 (conhecido como “PL da Grilagem” e que diz respeito à ocupação irregular de terras públicas) e o PL 3.729/2004 (que visa a flexibilizar o licenciamento ambiental brasileiro, conhecido como “Lei Geral do Licenciamento”). Além do pacote, outras propostas preocupantes também avançam, como projetos que podem levar a um **aumento do desmatamento** em áreas protegidas.

## CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

### Multas por infrações

Segundo divulgado pela **Folha de S.Paulo**, a partir de documentos obtidos do Ibama, há risco de prescrição de multas ambientais em 45 mil processos administrativos no órgão, totalizando R\$18,8 milhões.

### Garimpo em terras indígenas

Segundo denunciado em **reportagem**, há movimentação na Funai para haver a liberação de garimpo e a extração de madeira em terras indígenas. Foi obtido um áudio do Coordenador regional da Funai em Barra dos Garças/MT, em reunião com o presidente do órgão, realizada em 23/08.

## Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)

O resultado da seleção de propostas relativas ao edital do FNMC foi publicado. Foram escolhidos projetos de dez municípios a serem apoiados por meio de convênios com valores de R\$ 262.990 a R\$ 525.980 e prazo de execução até 2024. A reativação do Fundo Clima se deu após decisão do STF na ADPF 708, quando foi determinado que o Governo Federal deveria adotar as providências necessárias para funcionamento e destinação de recursos dentro desse instrumento previsto na Política Nacional sobre Mudança do Clima.

## CONABIO

Finalmente, foram publicadas as atas de duas das três reuniões realizadas pela CONABIO em 2022 (69ª e 70ª). Na ata da 70ª Reunião Ordinária, houve manifestação no sentido de que a ata da 69ª Reunião Ordinária, então colocada para votação e aprovação, “*não representa as discussões abordadas e nem as falas, especialmente as falas dos técnicos, que são muito pertinentes, principalmente quando trata de temas que são específicos e técnicos*”. Foi ressaltado ainda que “*é uma questão importante para ter a memória da CONABIO*”, sendo “*fundamental para compreender esses processos de como o País aborda, decide e encaminha as suas políticas públicas de biodiversidade*”.

## Destaques no Twitter

democracia



Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, *monitorados em parceria com a Folha de São Paulo*, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.

### Clima

O monitoramento captou comentários positivos sobre a aprovação de admissibilidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da PEC do Clima (PEC 37/2021), que insere a questão climática como um direito fundamental no texto constitucional.

Outro assunto bem comentado foi o **convite** a Lula, no dia seguinte à eleição, pelo presidente do Egito para comparecer à Conferência do Clima, a COP 27. O presidente eleito confirmou presença e há **expectativa** de que o nome de quem comandará o Ministério do Meio Ambiente (MMA) possa ser anunciado no evento.

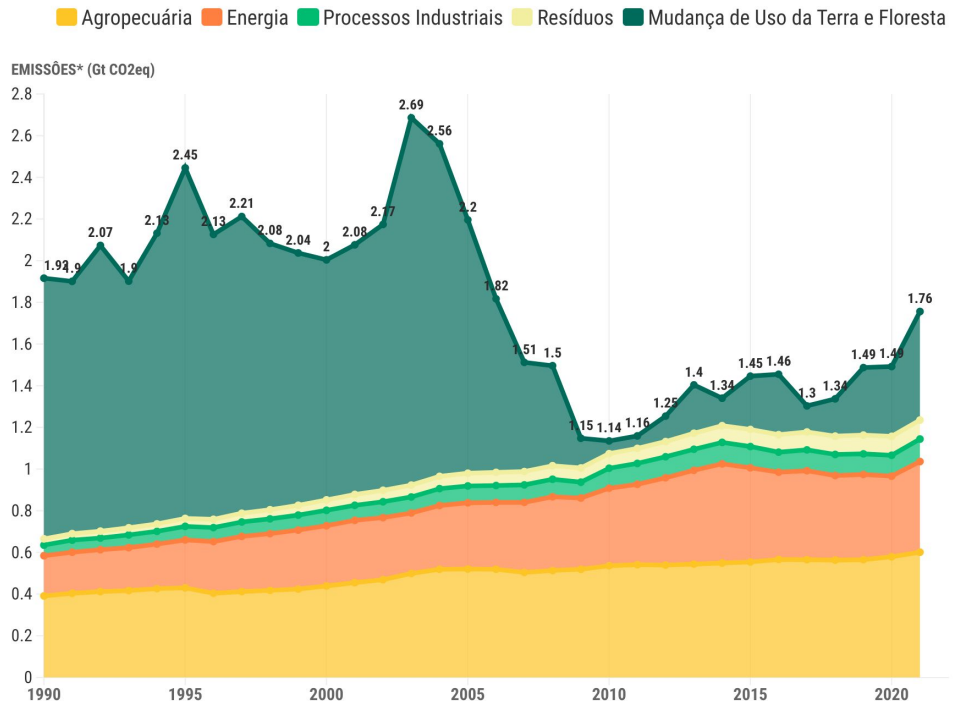
### Eleições e Fundo Amazônia

No dia seguinte à vitória eleitoral de Lula, a **Noruega** afirmou que **retomará o apoio financeiro ao Fundo Amazônia**. Em seguida, a **Alemanha também sinalizou desbloqueio**. Os dois países, junto com a Petrobras, são os maiores contribuintes do fundo.

## Emissões brasileiras

O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) **publicou nova coleção com dados atualizados das emissões brasileiras em 2021**. O país emitiu 12% a mais do que no ano anterior, principalmente influenciado pelo aumento do desmatamento. Esse já é o quarto ano consecutivo de alta das emissões, sendo o maior crescimento em quase 20 anos.

### EMISSÕES LÍQUIDAS



## Apoio internacional

As eleições presidenciais voltaram as atenções do mundo ao Brasil, levando a posicionamentos editoriais de veículos estrangeiros sobre a disputa entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

*Nature* e *Science*, as revistas científicas mais importantes do mundo, publicaram editoriais nos quais destacaram que Bolsonaro ignorou a ciência e se aproximou do governo do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump ao enfraquecer o estado de Direito e o poder dos reguladores. Os periódicos lembraram que o Brasil conseguiu, anteriormente, reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia, especialmente no período do Governo Lula (2004-2012).

O jornal americano *The New York Times* publicou um vídeo mostrando a importância da Amazônia para o clima global e afirmou: “O dia mais importante do Planeta Terra e sua sobrevivência é 30 de Outubro”.

Para o NYT, o atual governo representa uma ameaça à natureza e aos povos indígenas brasileiros. O NYT disse: “Esses brasileiros estão colocando tudo em jogo para salvar a floresta de que a civilização humana literalmente depende. E todos nós precisamos desesperadamente de um novo presidente brasileiro que não vai queimá-la”.

Após a eleição de Lula, líderes de todo o mundo (e das mais diversas vertentes políticas e ideológicas) o congratularam, tais como **Joe Biden** (EUA), **Emmanuel Macron** (França), **Xi Jinping** (China), **Volodymyr Zelensky** (Ucrânia), **Vladimir Putin** (Rússia), **Alberto Fernández** (Argentina) e **Gustavo Petro** (Colômbia). Os cumprimentos vieram antes mesmo de uma manifestação pública de Bolsonaro, que demorou mais de 40 horas para discursar após a derrota.

## OCDE

No começo de outubro, o país **respondeu** ao roteiro de acessão da OCDE por meio do memorando inicial. Contendo cerca de 1.100 páginas, esse documento é uma primeira análise do país em relação a quão próximas das melhores políticas e práticas da OCDE as regulações brasileiras se encontram. Na segunda quinzena, esse documento **vazou na imprensa**, com diversas análises sendo feitas a partir da fidedignidade dele em relação à realidade de práticas e regulações brasileiras.

A Climate Advisers e outras 42 organizações civis, incluindo o Instituto Talanoa, enviaram uma **carta à OCDE** mencionando a necessidade de que as pautas ambiental, climática e de respeito aos direitos indígenas sejam consideradas com rigor, conforme os altos padrões regulatórios e de práticas da entidade.

Em resposta a essa carta, o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, afirmou que o processo de acessão à OCDE **não é chancela** para políticas atuais do Brasil, assim como o processo enseja uma melhoria de políticas e práticas regulatórias, inclusive políticas ambientais.

No dia 19 de outubro, o presidente do Senado Federal, Sen. Rodrigo Pacheco, **promulgou** a PDL (151/2022) que autoriza a abertura do escritório da OCDE com prerrogativas diplomáticas usualmente reservadas a órgãos multilaterais no país.

## Suécia

Foi **extinto** o Ministério de Meio Ambiente da Suécia, cuja estrutura passará a integrar o Ministério de Negócios e Energia do país. Tal movimentação, noticiada como um movimento após a eleição de um novo governo conservador, tem o potencial de ameaçar as metas ambientais e climáticas da Suécia.



# TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO  
BRASIL E NO MUNDO

## BRASIL

### Governo Federal

Mais do que o resultado das urnas em si, a postura do presidente Jair Bolsonaro diante da derrota eleitoral acabou por decretar que o poder em Brasília já não emanava mais do Palácio do Planalto. A transição não é apenas um processo formal e burocrático de passagem de um governo a outro, mas também sinaliza os agentes que disputam o protagonismo no teatro político. Com o longo silêncio pós-votação e as parcas aparições, Bolsonaro perde espaço por enquanto nesse jogo, ainda que ocupe a cadeira presidencial por mais dois meses. Não se pode ignorar, entretanto, que a caneta ainda está nas mãos da atual administração federal. Alguns temas que foram menos desacelerados pela concentração de esforços na campanha eleitoral requerem atenção, como Energia, no qual avançam as regulações das renováveis offshore. Em Biodiversidade, deve-se estar atento a mudanças em normas sobre conservação e espécies ameaçadas.

### Congresso Nacional

Como efeito da eleição de Lula e da visibilidade que os temas climáticos e socioambientais ganharam, é possível que projetos de impacto negativo no setor sejam acelerados, para que tramitem ainda nesta legislatura, sob articulação do atual governo. Propostas do chamado “Pacote da Destruição”, que reúne projetos de flexibilização do licenciamento ambiental, regularização da grilagem de terras e liberação de mais agrotóxicos, entre outros, podem avançar até o fim do ano legislativo.

O Congresso também se movimenta já mirando a próxima legislatura e a eleição para as mesas diretoras. Lula em si tem afirmado que não inteferirá nessa disputa. Porém, a escolhas dos presidentes da Câmara e do Senado deverão, sim, sinalizar o alcance da força política do novo governo no Legislativo.

BRASIL

## Reconstrução

O documento “*Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019-2022) a serem revogados ou revisados para reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira*”, elaborado pela equipe da POLÍTICA POR INTEIRO, foi lançado e sintetiza o primeiro ciclo de quatro anos de gestão federal monitorado pela iniciativa e aponta os caminhos para a retomada da agenda socioambiental e climática.

Em 40 meses de governo Bolsonaro, foram publicados mais de 140 mil atos com interface às políticas ambiental e climática. Desse universo, 401 atos requerem ações imediatas, entre revogações e revisões.

Accesse o documento  
completo aqui.



401 ATOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL  
(2019-2022) A SEREM REVOGADOS OU REVISADOS  
PARA RECONSTITUIÇÃO DA AGENDA CLIMÁTICA  
E AMBIENTAL BRASILEIRA

## MUNDO

# COP 27

As semanas da COP 27 em Sharm El-Sheik, no Egito, concentrarão as movimentações internacionais sobre as questões climática e socioambiental. Diz-se que será a COP da implementação. Isto é, deverão ser costurados mecanismos para que os compromissos do Acordo de Paris possam ser operados. Novamente, negociadores devem-se debruçar sobre o Art. 6 (mercado de carbono) e financiamento climático e perdas e danos.

Para o Brasil, essa COP tem significado especial. Lula foi **convidado** pelo presidente do Egito para comparecer à conferência. Com isso, haverá a primeira participação do presidente eleito a evento internacional. A recepção e a repercussão dos passos e das falas de Lula na COP 27

serão sinalizadas importantes para agentes internos e externos, direcionando para onde soprarão os ventos das políticas climáticas brasileiras a partir de 1º de janeiro de 2023.

## Agenda 2022

- ❑ 7 a 18 de Novembro: COP27 da Convenção do Clima, em Sharm El Sheik, Egito.
- ❑ 15-16 de Novembro: G20, na Indonésia
- ❑ 5 a 17 de dezembro - COP15 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em Montreal, no Canadá.



**política  
por inteiro**

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Política Por Inteiro.

### **Termos de uso**

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

### **Contato**

[politicaporinteiro.org](http://politicaporinteiro.org)

[contato@politicaporinteiro.org](mailto:contato@politicaporinteiro.org)

### **Iniciativa**



### **Apoio**



**NICFI**

Norway's  
International Climate  
and Forest Initiative